



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

LICITAÇÃO

CARTA CONVITE nº 03/2011

Edital nº 03/2011

Processo nº 03/2011

A Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis/SP, com sede à rua Francisco Wolhers, nº 146, centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 00.950.072/0001-08, neste ato representada pelo Presidente Domingos Lauriano Floriano, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 8.000.329 e CPF nº 000.690.418-14, através da Comissão de Licitação, torna público que se acha aberta em sua sede, no endereço acima, a Licitação na Modalidade Carta Convite do tipo menor preço, tendo por objetivo a contratação de prestação de serviços de “vídeomaker” para este Poder Legislativo, devendo os documentos ser entregues até às 9h do dia 20 de abril de 2011 e a abertura das propostas às 9h10min do mesmo dia, regendo-se a licitação pelas normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, especialmente, pelo presente edital, com as seguintes cláusulas.

1 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

A apresentação das propostas, sem prévia impugnação dos termos deste edital, implicará presunção absoluta de que a empresa participante examinou completamente todas as especificações e toda a documentação da Licitação, as comparou entre si e obteve informações satisfatórias sobre todo e qualquer ponto duvidoso, antes de preparar a sua proposta, e que está de acordo com os termos em que se faz a presente licitação.

1.1 - Todas as partes deste edital são complementares entre si, de tal modo que qualquer detalhe que se mencione em uma delas considerar-se-á especificado e válido para as demais.

2 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes da execução da presente licitação poderão ocorrer por conta das dotações orçamentárias:

01.122.0003.2.002 – Manutenção da Secretaria da Câmara
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;

01.122.0003.2.002 – Manutenção da Secretaria da Câmara
339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

3 - DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação a contratação de prestação de serviços de “vídeomaker”, para gravação das imagens e áudio, na íntegra, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Joanópolis, bem como, para transmissão em tempo real, de todas as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes através de um *site* com registro de domínio, em regular situação com todas as normas que regem a matéria, devendo ainda, as gravações

Rua Francisco Wolhers, 146 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 00.950.072/0001-08

PABX: (11) 4888-9800 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

e-mail: cmjoanopolis@uol.com.br – site: www.camaraj Joanopolis.sp.gov.br



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

serem feitas em equipamento próprio tipo DV (Digital-Video), sem cortes ou travamentos e as transmissões on-line gerada em 256 kbps, com produção em DVD-r personalizado, conforme exigências da contratada. O contratado deverá ficar disponível para registro de eventuais filmagens externas, sendo somente uma vez ao mês para cada Vereador da Câmara Municipal de Joanópolis, quando solicitado. O contratado deverá disponibilizar 01 (uma) câmera extra em ponto estratégico do Plenário para transmissões simultâneas das sessões.

3.1 – Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- I – Conhecimento do Edital;
- II – Termo de Compromisso;
- III – Formulário Padronizado de Proposta;
- IV – Minuta de Contrato.

3.2 – Do Fornecimento de Informações:

3.2.1 – Quaisquer dúvidas a respeito do presente Edital, a Comissão de Licitações prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos interessados, desde argüidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, na Rua Francisco Wolhers, nº 146, Centro, Joanópolis/SP e/ou pelo telefone: (11) 4888-9800.

3.2.2 – Em caso de não solicitação, pelos licitantes, de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

4- TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO

4.1 - A presente licitação é regida pela modalidade de menor preço, com o que será declarada vencedora a proposta que, estando conforme as exigências do presente edital, ofertar o menor preço da prestação de serviços.

5- DO RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS.

5.1 - As propostas deverão ser entregues na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, estabelecida à Rua Francisco Wolhers, nº 146, Centro, até às 9h do dia 20 de abril de 2011, procedendo-se a abertura dos envelopes de habilitação, pela Comissão de Licitações às 9h10min do mesmo dia na sede da Câmara Municipal de Joanópolis.

5.2 - A documentação e as propostas dos participantes deverão ser apresentadas em dois envelopes opacos, fechados e lacrados, contendo na parte frontal e externa, de maneira bem nítida, a razão social ou nome da pessoa participante e os seguintes títulos:

ENVELOPE Nº 1

NOME



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

Endereço

LICITAÇÃO - CARTA CONVITE N° 03/2011.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE JOANÓPOLIS

Rua Francisco Wolhers, 146 – Joanópolis/SP.

DOCUMENTAÇÃO

ENVELOPE N° 02

NOME

Endereço

LICITAÇÃO - CARTA CONVITE N° 03/2011.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE JOANÓPOLIS

Rua Francisco Wolhers, 146 – Joanópolis/SP.

PROPOSTA COMERCIAL

5.3 - A não indicação dos dizeres supracitados, no anverso dos envelopes, assim como, seu envio pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) é de responsabilidade unicamente do licitante por extravio; por destinação diversa; por devassamento; por não recebimento, bem como, por seu protocolo intempestivo.

5.4 – Todas as propostas e todos os documentos deverão ser assinados ou rubricados pelo participante, ou por pessoa por esta credenciada especialmente para atuar nesta licitação, através de, **procuração específica**, devendo a qualificação do credenciado ser comprovada pelos documentos apresentados para a habilitação.

6 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - Ultrapassada a fase de habilitação, a Comissão de Licitação passará ao julgamento das propostas comerciais, observando os parâmetros estabelecidos neste edital.

6.2 - O envelope com a documentação deverá ser aberto em primeiro lugar, para julgamento dos documentos, lavrando-se ata do ocorrido, não havendo inabilitação e havendo manifestação expressa dos Licitantes em renunciar do prazo para recurso, proceder-se-á de imediato a abertura dos envelopes n° 02 – Propostas de Preços.

6.3 - No caso de haver inabilitação do Licitante importará perda do seu direito de participar das fases subseqüentes, devolvendo-se o Envelope Proposta devidamente lacrado, depois de transcorrido o prazo recursal 02 (dois) dias úteis.

6.3.1 - As eventuais impugnações dos licitantes contra a documentação apresentada pelos concorrentes, poderão ser formuladas, durante os prazos recursais por representantes de comprovada participação nas sociedades, ou ocupantes de cargos de diretoria, ou que estejam munidos de procurações outorgadas pelas empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

6.3.2 - Caso haja inabilitações e não haja renúncia dos licitantes ao direito de recurso, os envelopes contendo as propostas, tanto das empresas habilitadas permanecerão lacrados, como recebidos, em poder da Comissão de Licitações, até que seja concluído o rito recursal.



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

6.3.3 - Desta reunião será lavrada ata circunstanciada, que conterà registro das principais ocorrências, e deverá ser assinada pela Comissão de Licitações e licitantes presentes.

6.4 - Decidido eventual recurso, a Comissão Julgadora designará dia e hora para abertura do ENVELOPE N° 02 - PROPOSTA.

6.5 - O critério de seleção da proposta mais vantajosa para a ADMINISTRAÇÃO e que determinará o licitante vencedor será o de “Menor Preço”.

6.5.1 - Esta licitação é do tipo menor preço na forma prevista no inc. I do § 1º do art. 45 da Lei 8.666/93.

6.5.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.6 - A Administração reserva-se o direito de rejeitar todas as propostas apresentadas, bem como o de tornar nulo o presente processo, devidamente fundamentadas, sem que disso decorra para os proponentes, qualquer direito de indenização ou reclamação.

7 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

7.1 - Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços globais ou unitários excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexeqüíveis, na forma da legislação em vigor.

7.2 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

7.3 - Existindo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

8 - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

8.1 - O ENVELOPE LACRADO N°01 - “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO” DEVERÁ CONTER:

Regularidade Fiscal para Pessoa Física:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) cédula de identidade.

Qualificação Técnica – Pessoa Física e Jurídica:

- a) declaração de conhecimento do Edital – **Anexo I**;
- b) Termo de compromisso – **Anexo II**;
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal;
- d) comprovante de hospedagem de site profissional com serviço **streaming** de áudio e vídeo;

Rua Francisco Wolhers, 146 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 00.950.072/0001-08

PABX: (11) 4888-9800 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

e-mail: cmjoanopolis@uol.com.br – site: www.camarajoanopolis.sp.gov.br



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

- e) comprovante de transmissão de áudio/vídeo gerada em 256 kbps.

Habilitação Jurídica:

- a) cédula de identidade e CPF dos titulares da Empresa;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual, e alterações;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social inicial e alterações ou contrato social consolidado devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus atuais administradores.

Regularidade Fiscal para Pessoa Jurídica:

- a) prova de inscrição no CNPJ;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (CND com o INSS e CRF com o FGTS);

8.1.2 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realiza a licitação, ou por publicação em órgão de imprensa oficial, e serão acondicionados em envelope lacrado no qual se identifiquem externamente, o nome do licitante, o número e a data da licitação, o seu conteúdo.

8.2 - ENVELOPE N° 02 - PROPOSTA

8.2.1 - A proposta deverá ser encaminhada em uma única via assinada e rubricada pelo participante, em linguagem clara, objetiva e que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado em todas as suas páginas, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, constando:

- Nome e qualificação do participante da licitação;
- As propostas deverão conter os preços unitários e o valor total dos serviços a serem prestados durante os doze meses, não sendo aceitas propostas contendo rasuras ou emendas.
- Prazo de validade da proposta, igual ou superior a 60 (sessenta) dias, contados da data do julgamento da proposta, de acordo com o artigo 64, § 3º da Lei 8.666/93.

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário, no último dia útil de cada mês, mediante RPA ou nota fiscal de prestação de serviço, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com as instruções normativas vigentes.



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

10 - DOS REAJUSTES

10.1 - Não haverá reajuste de qualquer natureza e os preços não serão objeto de atualização financeira por via de aplicação de qualquer índice de correção em atendimento ao que dispõe a Lei Federal nº 8.880/94.

11 - DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

11.1 - Qualquer cidadão poderá impugnar o Edital de Licitação, na forma do artigo 41, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 e Normas Complementares.

11.2 - Em relação aos licitantes, somente poderão usar da palavra, apresentar impugnação e assinar atas, os representantes credenciados ou prepostos, facultadas intervenções da Comissão Julgadora.

11.3 - Os eventuais recursos somente poderão ser interpostos na forma e cabimento do art. 109 da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante protocolo administrativo encaminhado ao Presidente da Comissão de Licitação.

11.4 - Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

11.6 – Não serão considerados os recursos que se basearem em aditamentos ou modificações da proposta, bem como matéria já decidida em grau de recurso.

11.7 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

11.8 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital e anexos, o licitante que o tendo aceitado, sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes.

11.9 - A comunicação dos recursos aos licitantes será feita através de publicação no *quadro de avisos local e pelo site oficial da Câmara* www.camarajoanopolis.sp.gov.br .

12 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A homologação e a adjudicação do objeto serão feitas pelo Presidente da Câmara Municipal.

12.2 - Cabe a autoridade competente revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

12.3 - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

13 - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1 - Depois de homologado o resultado desta licitação, a autoridade competente convocará a firma adjudicatária para a assinatura do contrato correspondente.

13.2 - O prazo para assinatura do contrato será de 03 (três) dias úteis a contar da notificação ao licitante vencedor. Podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que motivado e aceito pela Administração.

13.3 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item acima, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, implicará na aplicação da multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do respectivo contrato, após regular processo administrativo.

13.4 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições e propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no item descrito acima.

13.5 - A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficarão diretamente condicionadas, como solenidade de tratamento recíproco, ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo à empresa, para tanto:

13.5.1 - fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar, comparando a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;

13.5.2 - autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.

13.5.3 - Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

14 – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES DO CONTRATO

14.1 – O instrumento contratual oriundo da presente licitação vigorará pelo período 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses na forma do inc. II do art. 57 da Lei 8.666/93.

14.2 – Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste edital, na Lei 8.666/93 e noutras disposições legais, realizar, por escrito, através de Termo Aditivo, as alterações que julgarem convenientes.

Rua Francisco Wolhers, 146 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 00.950.072/0001-08

PABX: (11) 4888-9800 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

e-mail: cmjoanopolis@uol.com.br – site: www.camaraj Joanopolis.sp.gov.br



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

15 – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 - Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei 8.666/93.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 – compromete-se a contratar filmar e transmitir em tempo real, de todas as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes através de um *site* com registro de domínio, legalizado para *streaming de áudio e vídeo*. Devendo ainda, as gravações serem feitas em equipamento próprio tipo DV (Digital-Video), sem cortes ou travamentos e as transmissões on-line gerada em 256 kbps, com produção em DVD-r personalizado, conforme exigências da contratada.

16.2 - A contratada deverá ficar disponível para registro de eventuais filmagens externas, sendo somente uma vez ao mês para cada Vereador da Câmara Municipal de Joanópolis, quando solicitado.

16.3 - disponibilizará 01 (uma) câmera extra em ponto estratégico do Plenário para transmissões simultâneas das sessões.

16.4 – compromete-se a entregar à **Contratante** 01 (um) exemplar de cada um dos registros efetuados, em DVD-r das imagens e do áudio separadamente, com capa personalizada;

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Esta licitação poderá ser total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência da revogação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

17.2 - O licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à CL (Comissão de Licitações) ou a CMJ (Câmara Municipal de Joanópolis) quando eventualmente solicitados neste sentido, será automaticamente excluído da presente licitação.

17.3 - A simples participação, caracterizada pela entrega da proposta, implicará na sua aceitação ou sujeição a todas as exigências e condições deste Edital e em que o licitante está ciente de que os prazos para recursos das decisões exauridas são aquelas previstas na legislação pertinente.

17.4 – Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo.

17.5 - A Câmara Municipal não assumirá nenhuma responsabilidade pelo pagamento de impostos e outros encargos existentes na data de entrega das propostas e que competirem à proponente, nem se obrigará a fazer a esta qualquer restituição ou reembolso de quantias, principais ou acessórias, que ela depender com esses pagamentos.



Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis

17.6 – Poderão ser usados outros meios de comunicação escrita, tais como Fac. Símile, (Fax), e-mail, desde que possibilitem a comprovação do recebimento, devendo a adjudicatária indicar os meios de comunicação que ficarão à disposição da Câmara Municipal.

17.7 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o Foro de Piracaia/SP, para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será publicado em quadro de avisos da Câmara Municipal de Joanópolis e através do site www.camarajoanopolis.gov.sp.br .

Joanópolis, 14 de abril de 2011.

Domingos Lauriano Floriano
Presidente da Câmara
biênio 2011/2012